

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2015

Altera a Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, para estabelecer parâmetros para que países estrangeiros possam contrair crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 5º da Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

“Art. 5º

§ 1º As operações referidas neste artigo poderão formalizar-se no exterior, quando necessário, para o que fica a empresa pública Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizada a constituir subsidiárias no exterior e a aceitar as cláusulas usuais em contratos internacionais, entre elas a de arbitramento.

§ 2º Ficam vedadas as operações referidas neste artigo, quando representarem outorga de crédito a país estrangeiro considerado:

I – condescendente com o tráfico de drogas, de armas, ou de pessoas;

II – conivente com a "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores;

III – sujeito a regimes ditatoriais, não democráticos ou antidemocráticos;

IV – provedor de abrigo às operações terroristas internacionais, reconhecidas segundo as normas de direito internacional, por foro do qual o Brasil faça parte, cujos atos de suporte ao terrorismo, bem como os atos preparatórios ou de execução de atos terroristas, ocorram ou possam ocorrer em seu território nacional;

V – desrespeitador dos direitos humanos e mantenedor de presos políticos; e

VI – praticante de tributação favorecida ou de regime fiscal diferenciado.

§ 3º A observância dos parâmetros mencionados nos incisos de I a VI do § 2º deste artigo será feita conforme os termos previstos em acordos de que o Brasil seja signatário, bem como em decorrência de regulamento.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A história recente tem apontado para a utilização indevida de recursos públicos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Além da alocação de dinheiro dos contribuintes para a aplicação em obras de infraestrutura em países estrangeiros, diminuindo, portanto, a disponibilidade de recursos para o fomento ao investimento no Brasil, essas operações são feitas com taxas de juros subsidiadas pelo Tesouro.

A falta de recursos internos não apenas diminui a oferta de obras e bens de capital indispensáveis para a nossa economia, como também causa impacto negativo no produto e na renda nacionais, em função de uma menor demanda por nossos bens e serviços.

A prática de realização de empréstimos a países estrangeiros, como falamos, já não é benéfica para o País. Este problema tem ainda mais relevância quando o crédito é fornecido a países que desrespeitam

normas mínimas de respeito à dignidade da pessoa humana e às regras de convivência observadas normalmente no Estado democrático de direito, sendo comumente aplicáveis ao mundo democrático.

No entanto, os pontos negativos de mencionada prática não estão limitados aos aqui descritos. Apesar de toda a dificuldade que nossa economia enfrenta, utilizamos nossa qualidade de crédito (que está próxima de ser rebaixada) para obter recursos por meio de endividamento do Tesouro Nacional, com a finalidade de repassar esses recursos a países com baixíssima qualidade de crédito.

Côncios de que a alteração nos procedimentos em vigor trará significativas melhorias à governança do BNDES, pedimos o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado ALEXANDRE BALDY